



CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Matéria: Projeto de Lei nº 180/2023

Ementa: Altera a Lei nº 3.064 de 13 de janeiro de 2015 que "DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA".

Autoria Mesa Diretora

Relatoria: **SECRETÁRIO/RELATOR – VALDECIR ALVES PEREIRA**

I – INTRODUÇÃO

A presente propositura de autoria da Mesa Diretora, que Altera a Lei nº 3.064 de 13 de janeiro de 2015 que "DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA", tramita neste Poder Legislativo e encontra-se nesta Comissão atendendo as normas estabelecidas no Regimento Interno deste Poder Legislativo, com a finalidade de que seja elaborado parecer sobre a matéria.

II – VOTO DO SECRETÁRIO/RELATOR – VALDECIR ALVES PEREIRA

É submetido à apreciação da **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**, o Projeto de Lei supramencionado, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Hortolândia, que “Altera a Lei 3064 de 13 de janeiro de 2015 que “DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA.”

Consta da justificativa apresentada pelo nobre Autor, o seguinte:

“O presente projeto tem o intuito de alterar a Lei nº 3064/2015, para reordenar as previsões de cargos vagos, cargos na vacância, e cargos disponíveis para concurso.

As sucessivas alterações da lei acabaram causando dúvidas sobre o número de cargos e vagas disponíveis atualmente na Câmara Municipal de Hortolândia. Buscando solucionar esta dúvida e criar mecanismo de mais fácil visualização e aferição dos cargos e vagas disponíveis, sugere-se nova redação ao Quadro de Cargos do Anexo I, incluindo uma nova coluna com a previsão das vagas em extinção na vacância.

Assim, propõe-se a alteração do Anexo I – Quadro de Cargos, para passar a constar duas novas colunas, uma com o número de vagas atualmente (na data desta lei) ainda ocupadas na data de publicação dessa lei, mas que estão previstos como cargos em extinção na





CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

vacância (art. 31-C e Anexo VI), e outra coluna com o número de vagas em extinção na vacância. Por fim, na coluna “Vagas não providas” consta o número de vagas de cada cargo que poderão ser providos, caso os atuais ocupantes se desliguem da administração. Assim, estas mudanças não criam cargos, mas têm apenas o objetivo de possibilitar entendimento inequívoco do número de vagas providas e vagas não providas (disponíveis) na estrutura da Câmara Municipal de Hortolândia.

Vale recordar que as vagas em extinção na vacância são aquelas vagas que, estando ocupadas no momento de aprovação da lei, serão extintas quando o ocupante do cargo se desligar da administração pública, seja por demissão, exoneração, aposentadoria ou outro motivo que leve à vacância do posto.

Propõe-se a inclusão do art. 31-A com a previsão de que ato da presidência deverá, anualmente, compilar o número de cargos providos, cargos não providos, cargos extintos, cargos em extinção na vacância e referência salarial.

Já a inclusão dos arts. 31-B e 31-C visam deixar prescrito na Lei nº 3064/15, de forma clara e articulada, os cargos e vagas que serão extintos na vacância. Note-se que, em complemento ao previsto na tabela do Anexo I, será mais fácil identificar quais cargos têm vagas disponíveis.

Quanto ao cargo de Analista Legislativo, cabe retificar o número de vagas existentes na Câmara. Atualmente são 12 cargos ocupados por servidores efetivos, tendo a Lei nº 4095/2023 feito constar na tabela do anexo I esse quantitativo como se fosse o número de vagas totais disponíveis para o cargo. Ocorre que, desde a entrada em vigor da Lei 3064/2015, não houve declaração de extinção de nenhuma vaga do cargo de Analista Legislativo e, portanto, o total de vagas disponíveis é de 13, conforme constava no Anexo I com texto original, inobstante estarem hoje ocupadas 12 vagas. Portanto, no presente projeto de lei, promove-se apenas a retificação da tabela do Anexo I, para voltar a constar o número de 13 vagas para o cargo de Analista Legislativo.

No cargo do cargo de Advogado, o Anexo I passa a demonstrar que, das 6 (seis) vagas atualmente ocupadas, 2 (duas) serão extintas na sua vacância, restando 4 (quatro) vagas providas que poderão ser preenchidas em caso de vacância.

O Anexo III – Tabela de Vencimentos, atualizado conforme RGA desde sua última publica, também consta como anexo a este projeto para alterar o anexo III vigente, apenas na mencionada atualização. Vale observar que, a partir das alterações propostas no presente projeto,





CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

essa tabela de vencimentos será atualizada anualmente conforme proposta de inclusão do art. 31-A.

Para deixar consignado na lei a possibilidade de adoção da modalidade de teletrabalho na Câmara Municipal de Hortolândia, propõe-se a inclusão do art. 9º-A. Cabe notar que, conforme trata o texto proposto, a modalidade de teletrabalho só poderá ser adotada, a partir da entrada em vigor desta lei, em conformidade com ato da mesa que prever e regulamentar o regime de trabalho.

Quando ao cargo de Oficial Administrativo, o presente projeto propõe a criação de 3 (três) novas vagas, alterando as vagas disponíveis no quadro do anexo I que passa a prever 6 (vagas disponíveis para o cargo (as novas somadas àquelas que já existem e estão disponíveis para preenchimento por concurso). Atualmente existem 18 vagas do cargo de Oficial Administrativo, sendo que 15 estão ocupadas. Com a alteração proposta passariam a existir 21 vagas, estando 6 vagas disponíveis para preenchimento por concurso público. Dentre todas as alterações propostas, apenas esta criação de novas vagas gera impacto financeiro.

Portanto, cabe mencionar que o presente projeto está instruído com estimativa de Impacto Financeiro Orçamentário apenas em relação à criação dessas 3 (três) novas vagas para o cargo de Oficial Administrativo, pois no caso das demais alterações não há impacto financeiro, sendo apenas uma reordenação que visa facilitar a compreensão da norma.

Ante o exposto, proponho o presente Projeto de Lei, esperando contar com a colaboração dos Nobres Pares na sua aprovação.”

Por outro lado, as duntas Comissões Permanentes - Justiça e Redação – e – Desenvolvimento e Bem Estar Social, Direitos Humanos e Cidadania, emitiram Pareceres Favoráveis pela Aprovação do Presente Projeto de Lei.

Nos termos dos artigos 84 à 86, do Regimento Interno, **competete à Comissão de Finanças e Orçamentos emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro, e especialmente sobre:**

- I - Projetos de Lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos créditos adicionais;
- II - prestação de contas do Prefeito, mediante o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, concluindo por Projeto de Decreto Legislativo;
- III - proposições referentes à matéria tributária, abertura de créditos adicionais, empréstimos públicos e as que, direta e indiretamente, alterem a despesa ou receita do Município, acarretem responsabilidade ao erário municipal ou interessem ao crédito público;





CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

IV - as proposições que fixem os vencimentos do funcionalismo, os subsídios o do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Presidente da Câmara e dos Vereadores, quando for o caso;

V - as que, direta e indiretamente, representem mutação patrimonial do Município.

Art. 85. É obrigatório o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento sobre as matérias enumeradas nos incisos I a V do art. 84, não podendo ser submetida à discussão e votação do Plenário sem o parecer da Comissão, ressalvado o disposto no art. 115 deste Regimento.

Art. 86. Compete ainda, à Comissão de Finanças e Orçamento, zelar para que, em nenhuma Lei emanada na Câmara, sejam criados encargos ao erário municipal, sem que se especifiquem os recursos necessários à sua execução.

Convém destacar que o artigo 86 da Lei Orgânica Municipal reproduz o artigo 25 da Carta Estadual.

Por outro lado, convém descrever o Projeto de Lei, nos termos apresentado para compreensão dos nobres Pares, naquilo que é pertinente para a presente Comissão deliberar:

“Altera a Lei 3064 de 13 de janeiro de 2015 que "DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA"

O Prefeito Municipal de Hortolândia faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Inclui os art. 9º-A, art. 31-A, art. 31-B e art. 31-C à Lei nº 3064, de 13 de janeiro de 2015, que “Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Câmara Municipal de Hortolândia”, com a seguinte redação:

“Art. 9º-A Ato da Mesa Diretora poderá prever e regulamentar as condições para adoção da modalidade de teletrabalho na Câmara Municipal de Hortolândia.

Parágrafo único. A adoção da modalidade de teletrabalho é faculdade da administração e não se configura como direito do servidor, podendo ser restrita a determinadas funções e cargos, períodos de tempo, ou outras condições.

Art. 31-A Ato da Presidência deverá, anualmente, compilar o número de cargos ocupados, cargos vagos, cargos extintos, cargos em extinção na vacância e referência salarial, publicando no portal da Transparência.

PARECER CFO Nº 209/2023 AO PL Nº 180/2023 - Recebido em 11/12/2023 19:18:01 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por Valdecir Alves Pereira e outros. Para validar o documento, leia o código QR ou acesse https://sapl.hortolandia.sp.leg.br/conferir_assinatura e informe o código 2C30-5F61-16B0-0C13.





CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 31-B Os cargos que estiverem em extinção na vacância e vierem a ficar vagos terão sua extinção ratificada na Portaria de aposentadoria ou exoneração do servidor que ocupava o cargo.

Art. 31-C. Serão extintos, na vacância, as seguintes vagas e cargos:

- I – 4 (quatro) vagas do cargo de Telefonista;
- II – 12 (doze) vagas do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos;
- III – 11 (onze) vagas do cargo de Agente de Serviços;
- IV – 19 (dezenove) vagas do cargo Motorista;
- V – 6 (seis) vagas do cargo de Vigia Patrimonial;
- VI – 2 (duas) vagas do cargo de Assistente de Contabilidade;
- VII – 1 (uma vaga do cargo de Contabilista;
- VIII – 2 (duas) vagas Assessor Administrativo;
- IX – 1 (uma) vaga do cargo de Contador;
- X – 2 vagas do cargo de Advogado.”

Art. 2º Os art. 10 e art. 11 da Lei nº 4095, de 02 de março de 2023 que “Altera a Lei nº 3.064, de 13 de janeiro de 2015, que Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Câmara Municipal de Hortolândia”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Ficam extintos 11 (onze) cargos vagos de Agentes de Serviços, 5 (cinco) cargos vagos de Vigia Patrimonial e 1 (um) cargo vago de fotógrafo.

Art. 11. Ficarão extintos, na vacância, todos cargos ocupados de Telefonista, Contador, Agente de Serviços, Motorista e Vigia Patrimonial.”

Art. 3º Ficam criadas 3 (três) novas vagas para o cargo de Oficial Administrativo, com referência salarial do Grupo 5 Ref. 5IA do Anexo III – Tabelas de Vencimento da Lei nº 3.064 de 13 de janeiro de 2015, para jornada semanal de 40 horas e atribuições previstas no Anexo II da Lei nº 3.064 de 13 de janeiro de 2015.

Deixo de transcrever os Anexos do artigo 4º da propositura, uma vez que, são bem elucidativos e não requer outros esclarecimentos.

Art. 5º O Anexo III – Tabelas de vencimentos, passa a vigorar conforme anexo a esta lei, com valores de referência atualizados.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Observo que, ao analisar o artigo. 2º, constatei um erro ao digitar o artigo 10 que se pretende alterar, pois, é citado duas vezes o artigo 11, razão pela qual, entendo que poderá ser corrigido o equívoco na confecção do Autógrafo, submetendo ao Plenário para deliberação.





CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

Quanto ao aspecto financeiro nada a opor, tendo inclusive juntado o ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO- FINANCEIRO, previsto na Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000), tendo em vista que a matéria tratada na propositura, não ofende os dispositivos da lei orçamentária, bem como está em sintonia com os referendos legais de conduta fiscal.

Assim, em razão dos argumentos apresentados, culminamos por acolher o Projeto de Lei, uma vez que, respeita e atende as exigências a que compete a COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO analisar, razão pela qual, manifesto-me e voto favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei de nº 180/2023, bem como, que seja corrigido na confecção do Autógrafo o erro de digitação supramencionado.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2023.

PARECER CFO Nº 209/2023 AO PL Nº 180/2023 - Recebido em 11/12/2023 19:18:01 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por Valdecir Alves Pereira e outros. Para validar o documento, leia o código QR ou acesse https://sapl.hortolandia.sp.leg.br/conferir_assinatura e informe o código 2C30-5F61-16B0-0C13.





CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

III – DO VOTO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 180/2023 SECRETÁRIO/RELATOR – VALDECIR ALVES PEREIRA

É submetido à apreciação da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, o Projeto de Lei supramencionado, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Hortolândia, que “Altera a Lei 3064 de 13 de janeiro de 2015 que “DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA.”

Por outro lado, as duntas Comissões Permanentes - Justiça e Redação – e – Desenvolvimento e Bem Estar Social, Direitos Humanos e Cidadania, emitiram Pareceres Favoráveis pela Aprovação do Presente Projeto de Lei.

Observo que, ao analisar o artigo. 2º, constatei um erro ao digitar o artigo 10 que se pretende alterar, pois, é citado duas vezes o artigo 11, razão pela qual, entendo que poderá ser corrigido o equívoco na confecção do Autógrafo, submetendo ao Plenário para deliberação.

Da análise do presente Projeto de Lei, constatamos que em relação ao aspecto financeiro nada a opor, tendo em vista que a matéria tratada na propositura, não ofende os dispositivos da lei orçamentária, bem como está em sintonia com os referendos legais de conduta fiscal, bem como, observamos que respeita e atende as exigências a que compete a COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO analisar.

É o resumo necessário.

Diante do relatório e das brilhantes justificativas descritas no voto favorável apresentado pelo ilustre SECRETÁRIO/RELATOR – VALDECIR ALVES PEREIRA, os demais membros da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, resolvem, acompanhar o voto do Relator e aprovar o presente Projeto de Lei de nº 180/2023, bem como, que seja corrigido na confecção do Autógrafo o erro de digitação supramencionado, com a aprovação do Plenário.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2023.

**VALDECIR ALVES PEREIRA
SECRETÁRIO/RELATOR**





CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA

ESTADO DE SÃO PAULO

Hortolândia, 11 de dezembro de 2023.

DELIBERAÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 180/2023

SECRETÁRIO/RELATOR – VALDECIR ALVES PEREIRA

AUTORIA DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA, QUE “ALTERA A LEI 3064 DE 13 DE JANEIRO DE 2015 QUE “DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA.”.

Fica consignado que na condição de Presidente da **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**, deixo de votar, uma vez que, não houve empate, conforme dispõe o Regimento Interno da Câmara Municipal de Hortolândia.

Assim sendo, determino o encaminhamento do presente Parecer ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Poder Legislativo para dar prosseguimento que entender necessário e conveniente.

**ANANIAS JOSÉ BARBOSA
PRESIDENTE**



